

Mensalidades: o preço da educação no Rio

OLGA DE MELLO

Quem está desde março às voltas com calculadoras eletrônicas, carnês, índices de preços ao consumidor e percentuais de reajuste salarial, tentando entender se a escola particular onde o filho estuda cobrou mensalidades de acordo com os limites permitidos pelo Governo ou por uma liminar judicial, vai precisar de paciência. Tudo indica que agora as coisas se confundirão um pouco mais. Os próximos dez dias prometem ser repletos de discussões, passeatas e manifestações, todas variando em torno do aumento das mensalidades a ser conhecido na distribuição dos carnês.

Ninguém diz em quanto ficarão as mensalidades e, embora os donos de escola neguem, há um boato de que eles farão um locaute caso a Sunab não autorize os reajustes que eles desejam. Até agora não há certeza se será realmente a Sunab que estabelecerá os novos índices ou se o Governo baixará nova portaria regulando a matéria, propondo a livre negociação dos reajustes entre pais e proprietários de estabelecimentos de ensino.

Os desentendimentos acerca dos reajustes das mensalidades estão completando cinco anos e já deram origem a muitas reflexões sobre a queda de qualidade do ensino público, os baixos salários dos professores e o despreparo dos alunos, mas até hoje não houve qualquer melhoria nesse quadro. Se a escola pública estava ruim, no colégio particular as relações entre alunos, pais, professores e direção estão hoje completamente deterioradas. Muitos diretores lamentam que não haja mais reuniões para discutir questões pedagógicas, nem se tentem novas experiências educacionais. Os donos de colégios acham também que o fato de o Estado não oferecer educação em níveis razoáveis interfere na escola particular, que é obrigada a cumprir obrigações que são do Governo.

O congelamento das mensalidades escolares por três meses, determinado pelo Plano Collor, foi obedecido por poucas escolas. A maioria delas, assim que os professores obtiveram reajuste salarial, tentou repassar esse aumento para as mensalidades, cobrando cotas extras e os chamados valores provisórios.

Em junho, a crise explodiu. Enquanto a Sunab começava a autuar as escolas que estavam fazendo cobranças irregulares, o Juiz André José Koslowski, da 3ª Vara Federal, baseado num relatório da empresa de auditoria Price Waterhouse, permitiu que o Colégio São Vicente de Paulo aumentasse as mensalidades entre 67,97 por cento e 71,92 por cento, dependendo da série cursada. No dia seguinte, diversas escolas entraram como litisconsortes na ação



Fotos de Marcos Issa

Na Defensoria Pública do Consumidor, pais de alunos de escolas particulares ouvem a orientação de um defensor

cautelar. Três dias depois, a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, assinou a Portaria 348, autorizando o repasse de 60 por cento do aumento dos professores à mensalidades, desde que as escolas pedissem autorização à Sunab.

Se, no primeiro semestre, a guerra das mensalidades limitou-se aos Municípios do Rio de Janeiro e de Volta Redonda e aos Estados do Maranhão e de Pernambuco, em agosto ela deverá alcançar o País inteiro. O exame de planilhas de custos das escolas, no Rio, já está a cargo da Sunab, mas em outros Estados continua a cargo dos Conselhos estaduais de Educação. O Conselho fluminense, por sua vez, está pedindo a extinção da Comissão de Encargos Educacionais, responsável pela aprovação dos valores das mensalidades, já que suas atribuições foram transferidas para a Sunab.

Para se precaver contra os próximos aumentos e discutir os antigos reajustes, a Associação de Pais e Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj) entrará esta semana com depósitos judiciais das mensalidades, através da Defensoria Pública do Consumidor.

O Presidente da Apaerj, Jorge Esch, é favorável à livre negociação entre pais e donos de escolas para uma fixação justa dos novos valores. Mas até que o Governo decida se os reajustes devem ser negociados, ele espera que a maioria dos pais opte por discutir o preço do ensino e não pague os reajustes sem saber se estão corretos.